



Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo

**Relatório Anual de
Monitoramento e Avaliação**

Ciclo 2018

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

NÚCLEO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (coordenador)

Luiz Paulo Vellozo Lucas

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

Lenise Menezes Loureiro

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

Nelci do Belem Gazzoni

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Denio Rebello Arantes

Equipe Técnica

Fernanda Seidel

Frederico Guilherme Nogueira

Kátia Cesconeto de Paula

Kiara de Deus Demura

Letícia Maria Gonçalves Furtado

Ligia da Motta Silveira Borges

Magnus William de Castro

Marlon Neves Bertolani

Michele Miranda

Pablo Medeiros Jabôr

Pablo Silva Lira

Victor Nunes Toscano

Thiago de Carvalho Guadalupe

Sumário

1. Introdução	4
2. O Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2018	5
3. Acompanhamento das Avaliações	7
3.1. Escola Viva	7
3.1.1. A Política	7
3.1.2. A Avaliação	7
3.2. Ocupação Social	9
3.2.1. A Política	9
3.2.2. A Avaliação	10
3.3. Bolsa Capixaba	11
3.3.1. A Política	11
3.3.2. A Avaliação	12
3.4. Nossa Bolsa	14
3.4.1. A Política	14
3.4.2. A Avaliação	15
3.5. Reflorestar	18
3.5.1. A Política	18
3.5.2. A Avaliação	19
3.6. Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	20
3.6.1. Programa Patrulha Maria da Penha	21
3.6.2. Programa Homem que é Homem	23
3.7. Políticas de Reintegração do Preso e Egresso	25
3.7.1. A Política	25
3.7.2. A Avaliação	27
3.7.3. Resultados	28
3.8. Rede Cuidar	30
3.8.1. A Política	30
3.8.2. O Monitoramento	31
4. Considerações finais	33
5. Referências Bibliográficas	34



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. Introdução

Em 05 de outubro de 2017, o Estado do Espírito Santo instituiu o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP) por meio da Lei Estadual nº 10.744/2017 (ESPÍRITO SANTO, 2017). Esse sistema tem como objetivo: institucionalizar o monitoramento e a avaliação de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário, aprimorar políticas públicas do Poder Executivo Estadual e melhorar a qualidade do gasto.

Ainda, busca integrar indicadores quantitativos e qualitativos associados às políticas públicas, auxiliando os gestores públicos na tomada de decisão quanto à otimização do gasto público na obtenção de resultados eficientes, em cumprimento aos princípios constitucionais da economicidade e eficiência.

O Decreto nº 4.202-R, de 09 de janeiro de 2018, estabeleceu o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação - Ciclo 2018, composto pelas seguintes políticas públicas: Escola Viva; Ocupação Social; Bolsa Capixaba; Nossa Bolsa; Reflorestar; políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; políticas de Reintegração do Preso e Egresso e Rede Cuidar.

ONeste primeiro ciclo, a equipe técnica envolvida identificou a necessidade de reduzir o escopo do plano, uma vez que as políticas públicas monitoradas e avaliadas demandaram uma articulação multissetorial e interdisciplinar sobre temas complexos como educação, saúde, segurança pública, proteção social e meio ambiente. A consolidação da cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das instâncias da Administração Pública se caracteriza como uma tendência e o processo de aprendizado deve ser buscado continuamente.

Desse modo, o Estado do Espírito Santo capacitou 60 (sessenta) servidores do Instituto Jones dos Santos Neves e de diversas Secretarias e Autarquias em cursos sobre Metodologias de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Desde então tais servidores estão contribuindo para disseminar a cultura de monitoramento e avaliação. A Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) tem sido um importante parceiro na consolidação desta cultura.

O presente relatório visa cumprir o art. 8º, §2º da Lei posta em tela e não tem o condão de apresentar relatórios finais exaustivos das pesquisas de monitoramento e avaliação. É importante ressaltar que das pesquisas relacionadas às políticas públicas aqui listadas, apenas a Análise Executiva das Políticas de Reintegração do Preso e do Egresso foi concluída. Para as demais, serão apresentados os resultados preliminares, a metodologia de pesquisa utilizada e sua previsão de término.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2. O Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2018

O Decreto nº 4.202-R, de 09 de janeiro de 2018, estabeleceu o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação - Ciclo 2018, sendo previstas as seguintes políticas (ESPIRITO SANTO, 2018):

Área de Resultado	Vinculação ao PPA	Política Pública
Avaliações de Políticas em Andamento		
Educação	0858 Melhoria da Qualidade de Ensino e Aprendizagem na Rede Pública	Escola Viva
Desenvolvimento Social	0016 Ocupação Social	Ocupação Social
Desenvolvimento Social	0860 Redução da Pobreza	Bolsa Capixaba
Desenvolvimento Econômico	0017 Estruturação e Fortalecimento da Pesquisa e da Infraestrutura Científica, Tecnológica e de Inovação	Nossa Bolsa
Meio Ambiente e Agricultura	0851 Conservação e Recuperação Florestal	Reflorestar
Análises Executivas		
Desenvolvimento Social	0010 Promoção, Autonomia e Defesa dos Direitos das Mulheres	Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
Segurança, Justiça e Defesa Social	0021 Gestão do Sistema Prisional para Ressocialização de Detentos e Apenados	Políticas de Reintegração do Preso e Egresso
Monitoramento		
Saúde	0031 Gestão da Política de Saúde no Estado	Rede Cuidar



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

É importante destacar que o Monitoramento é o acompanhamento do registro regular do andamento de um projeto, um programa ou uma política, com o objetivo de identificar medidas corretivas, que poderá ser realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, trazendo informações sobre o desempenho.

Já a Avaliação, consiste em uma das etapas do planejamento estatal por meio de exame sistemático e objetivo de projeto, de programa ou de política, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos, melhorando o gasto público, a qualidade da gestão, e o controle social sobre a efetividade da ação do Estado.

Por fim, a Análise Executiva trata de análise realizada a partir de dados secundários e registros administrativos, com o objetivo de averiguar se a performance da política é satisfatória ou se é necessário realizar uma avaliação mais aprofundada.



3. Acompanhamento das Avaliações

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as percepções dos pesquisadores no monitoramento e avaliação das políticas públicas - ciclo 2018, metodologia de pesquisa, fase dos estudos e pesquisas, bem como resultados já detectados.

3.1. Escola Viva

Pesquisa coordenada pelo servidor Magnus William de Castro.

3.1.1. A Política

O Programa Escola Viva, iniciado em 2015, gerenciado pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU), tem como objetivo repensar a prática pedagógica, a organização curricular e redimensionamento do tempo e dos espaços escolares no sentido de estabelecer uma política educacional voltada à ampliação de oportunidades de aprendizagem aos alunos do 2º Ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O Programa possui um conjunto de inovações: i) acolhimento aos estudantes, às equipes escolares e às famílias; ii) avaliação diagnóstica/nivelamento; iii) disciplinas eletivas (música, teatro, cinema, empreendedorismo e fotografia); iv) salas temáticas; v) clubes juvenis (“jornalzinho da escola” e “rádio da escola”); vi) ênfase prática em laboratórios; vii) tecnologia de gestão educacional; viii) tutoria; ix) aulas de projeto de vida, de práticas e vivências em protagonismo; x) aula de estudo orientado e aprofundamento de estudo (preparação acadêmica/mundo do trabalho), sendo essas atividades desenvolvidas em tempo integral.

Atualmente o Programa possui 36 (trinta e seis) Escolas Vivas, distribuídas em 27 (vinte e sete) Municípios do Estado do Espírito Santo, com pretensão de alcançar o total de 66 (sessenta e seis) escolas até o ano de 2022.

3.1.2. A Avaliação

A metodologia de pesquisa de Avaliação de Impacto Não Experimental do Programa Escola Viva – utilizando o “Escore de Propensão” - considera dois grupos: i) grupo de tratados, composto por estudantes do programa (tempo integral); ii) o grupo de não tratados, composto por alunos de escolas públicas (tempo parcial). Assim, ao identificar estudantes com características semelhantes para variáveis observáveis e realizar o pareamento, cria-se um grupo de tratamento e de controle.

Almeja-se avaliar os alunos do período de 2009 a 2018, utilizando dados do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) e do Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES), servindo os anos iniciais à realização de pareamento dos estudantes e ao longo do período definido pela amostragem criar os grupos de tratamento e de controle.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A avaliação possuirá o seguinte percurso:

- 1- Realizar recorte dos alunos do 5º ano do ensino fundamental que serão observados no monitoramento e avaliação por meio do pareamento (Escore de Propensão), avaliando as características observáveis (socioeconômicas e proficiência);
- 2- Acompanhar os alunos pareados, verificando se, ao término do 9º ano, permanecem semelhantes. Caso continuem, fica comprovado que as características não observáveis (motivação) não são relevantes para esse período. Trata-se de um teste de robustez a fim de verificar se os alunos selecionados para os grupos permanecem comparáveis, ou seja, caso a motivação da escolha de estudar na Escola Viva for relacionada ao aspecto educacional (por exemplo: competir no vestibular), o viés causado por variáveis não observáveis seria elevado, inviabilizando a continuidade da pesquisa. Caso a motivação for relacionada a aspectos não educacionais (por exemplo: decidiu estudar por causa da escolha dos amigos) o viés seria reduzido;
- 3- Com os grupos de tratamento e comparação consolidados, inicia-se a avaliação e monitoramento do programa referente ao Ensino Médio. Dessa forma, será observado o Desempenho dos estudantes no PAEBES e inferir o valor médio adicionado no desempenho dos alunos, em virtude da participação em escolas de tempo integral e escolas de tempo parcial, e a diferença de resultados entre ambas.

Ainda, ao utilizar a metodologia proposta, pretende-se analisar o rendimento escolar dos alunos, ao observar os quantitativos de aprovação, reprovação e abandono ao longo dos anos (2009/2018).

Por fim, planeja-se testar a influência da participação dos alunos no Programa Escola Viva na tomada de decisão em cursar o ensino superior, ou seja, a proporção de alunos que iniciaram ensino superior em virtude de cursar a escola em tempo integral em relação àqueles alunos que estudaram em escola de ensino médio em tempo parcial.

Destaca-se que restou prejudicada a avaliação e monitoramento no ciclo de 2018 em virtude da ausência de envio dos dados do PAEBES Contextual (questionário socioeconômico) para o ano de 2012, bem como os dados do SEGES para o ano de 2009 e 2010, impossibilitando, assim, realizar o pareamento dos alunos.

Preliminarmente, foi possível avaliar que o Programa contém excesso de oferta de vagas, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, na maioria das escolas. Tal cálculo foi realizado ao subtrair o controle de vagas (oferta de vagas) do total de matrículas por escola.

Diante de tal constatação, foi observado que o excesso de oferta de vagas pode ter sido em razão: da falha na comunicação entre a SEDU e a comunidade (alunos e familiares, professores e diretores), pelos seguintes motivos: 1- os alunos não tiveram informação suficiente junto ao chefe de Turma para auxiliar na escolha, 2- ausência do real conhecimento do projeto, tanto pelos alunos quanto pelos familiares, os quais muitas vezes pensava-se ser mera duplicação do período escolar. Cumpre ressaltar que ausência de conhecimento do programa pelos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

familiares pode ter ocasionado a impossibilidade de contra argumentação com os filhos em relação à não opção do programa.

Ainda, foi vislumbrado que determinados alunos não optaram pela escola de tempo integral em razão: i) expectativa de ingresso no mercado de trabalho, ou por já realizar atividades laborativas no contraturno, ii) por preferir realizar esportes, qualificação profissional, línguas estrangeiras, entre outros, no contraturno.

Essa pesquisa qualitativa foi realizada por meio de grupos focais, ou seja, com alunos que permaneceram nas escolas que foram transformadas em Escolas Vivas, alunos que optaram por transferência para as escolas espelho (tempo parcial), entrevistas em profundidade com Diretores das Escolas Vivas e professores de ambas escolas, bem como pais dos alunos que tomaram a decisão de transferência para as escolas de tempo parcial.

Salienta-se que com a conclusão da avaliação, prevista para o primeiro trimestre de 2020, bem como o andamento e aprimoramento do programa, há expectativa de diminuição da miopia dos alunos em relação ao ingresso nas escolas de tempo integral, bem como seus benefícios futuros, em razão dos resultados alcançados pelos atuais beneficiários do programa. Ante ao exposto, com a conclusão da pesquisa, poderá ser avaliado a eficiência do gasto público na implantação das Escolas Vivas, sob a ótica do resultado alcançado pelo beneficiário.

3.2. Ocupação Social

Pesquisa coordenada pela servidora Letícia Maria Gonçalves Furtado.

3.2.1. A Política

O Programa Ocupação Social foi desenvolvido pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), destinada à inclusão social de jovens moradores de áreas de alta vulnerabilidade social, de baixa renda e expostos à violência. As primeiras ações do Programa tiveram seu início em agosto de 2016 e foram pautadas nos eixos de Qualificação Profissional, Empreendedorismo, Cultura e Esporte e Educação Socioemocional.

O objetivo principal do programa consistia na prevenção aos maiores níveis de exposição à violência de crianças, adolescentes e jovens, com idade entre 10 a 24 anos e que esteja fora da escola ou em distorção idade-série, bem como seja residentes nos 26 (vinte e seis) bairros abrangidos pelo programa.

Os bairros atendidos pelo programa foram: Zumbi, em Cachoeiro de Itapemirim; Castelo Branco, Nova Rosa da Penha, Flexal II e Nova Esperança, em Cariacica; Ayrton Senna e Bela Vista, em Colatina; Interlagos e Aviso, em Linhares; Área Urbana de Pinheiros, que inclui os bairros Colina, Domiciano, Jardim Planalto, Jundiá, Galiléia, Residencial Pinheiros, Vila Verde,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Niterói e Santo Antônio; Vila Nova e Bom Sucesso em São Mateus; Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Central Carapina e Bairro das Laranjeiras em Serra; Barramares, Ulisses Guimarães, Boa Vista (I e II), São Torquato e Santa Rita em Vila Velha; Nova Palestina e a Região da Penha (composta pelos bairros Da Penha, Consolação, São Benedito, Bonfim, Gurigica, Itararé e as comunidades – ou sub-regiões da Penha – de Jaburu, Engenharia e Floresta) em Vitória. Ressalta-se que a Região da Penha só foi incorporada ao programa em novembro de 2017.

Para executar as ações do programa, a SEDH firmou parcerias com diversas instituições, tais como: entidades do Sistema S, empresas privadas, entidades sem fins econômicos e órgãos governamentais. Essas entidades ofereceram diversas ações relacionadas à qualificação profissional, empreendedorismo, formação cultural, musical e esportiva e ações educativas em espaços disponibilizados por entidades locais, onde os moradores dos bairros se inscreveram e participaram gratuitamente das atividades.

3.2.2. A Avaliação

Em 2017, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo e Apoio a Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) iniciou a Pesquisa “Monitoramento e Avaliação das Ações do Programa Ocupação Social”. A pesquisa procurou desenvolver mecanismos de monitoramento, engajamento e avaliação que assegurassem resultados passíveis a qualificar e verificar a efetividade das ações ao longo do período compreendido entre 2016 a 2018. Para tanto, a pesquisa teve por objetivos:

1. Testar e avaliar as técnicas de engajamento utilizadas pelo programa para que o jovem fora da escola participe de alguma ação;
2. Monitorar o programa quanto ao número de ações, perfil e quantitativo do público participante, taxa de abandono e conclusão dos participantes (monitoramento de processo) e acompanhamento do egresso das ações (monitoramento de resultado);
3. Avaliar as ações desenvolvidas nas áreas de educação e trabalho.

Para o teste de engajamento foram realizadas 256 (duzentos e cinquenta e seis) oficinas para atrair o público alvo para as ações do programa. As temáticas abordadas nas oficinas foram: identidade, autoestima e protagonismo juvenil; questões étnico-raciais; gênero, gravidez e saúde e cultura e arte.

O monitoramento das ações foi por meio da presença ativa de bolsistas em campo, aplicando diversos questionários nos bairros abrangidos pelo programa, os quais eram respondidos primordialmente por jovens moradores dos bairros, comerciantes, beneficiários das ações e agentes executores. Ainda, os bolsistas de campo preenchiam formulários das ações, avaliando nesse caso a infraestrutura do local e a realização das ações.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Até dezembro de 2018 foram monitoradas 208 (duzentos e oito) ações oferecidas em parceria com a Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), Polícia Civil, Sistema S, Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação (SECTI), Secretaria de Esportes e Lazer (SESPORT), Marinha do Brasil, Robovix, entre outros. Cada uma das atividades foi monitorada por duas vezes, uma no início e outra no final.

Para avaliar as ações desenvolvidas nas áreas de educação e trabalho, foram aplicadas entrevistas via telefone com 866 (oitocentos e sessenta e seis) concluintes das ações de qualificação profissional, empreendedorismo e educação socioemocional nos anos de 2016 a 2018. Assim, foi possível traçar o perfil dos mesmos.

Atualmente, a pesquisa encontra-se em fase de elaboração do relatório final, com término previsto para maio de 2019, já sendo possível publicizar os seguintes resultados:

- 1- Dos participantes das ações, somente 9,4% (nove vírgula quatro por cento) era público alvo do Programa.
- 2- 62,2% (sessenta e dois vírgula dois por cento) são mulheres, 75,4% (setenta e cinco vírgula quatro por cento) são negros e/ou pardos e 48,4% (quarenta e oito vírgula quatro por cento) completaram a educação básica.
- 3- Foram detectados problemas de infraestrutura nos locais onde as ações foram realizadas, como salas pequenas e mal ventiladas.
- 4- A maioria dos beneficiários avaliou que as ações foram relevantes para o seu crescimento profissional e para sua vida pessoal, contribuindo para um futuro melhor.

É importante ressaltar que a presente pesquisa não é uma avaliação de impacto e sim como captação da percepção dos beneficiários, portanto não é possível afirmar se as mudanças relacionadas à educação e ao trabalho foram efeito das ações do programa.

Por derradeiro, o relatório final será entregue em maio de 2019.

3.3. Bolsa Capixaba

Pesquisa coordenada pelo servidor Victor Nunes Toscano.

3.3.1. A Política

O Projeto Bolsa Capixaba, iniciado em janeiro de 2012, gerido pela Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), integra o Programa Incluir como uma ação de transferência direta de renda a famílias extremamente pobres no Estado do Espírito Santo.

O problema central abordado pelo Projeto Bolsa Capixaba é a existência de cento e vinte e três mil famílias em situação de extrema pobreza no Espírito Santo em 2017, de acordo com o



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cadastro Único. A linha de extrema pobreza adotada no projeto é a do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS - R\$89,00 (oitenta e nove reais) per capita.

Hodiernamente, complementa a renda per capita das famílias extremamente pobres com criança de 0 a 6 anos de idade, beneficiárias do Programa “Bolsa Família” (PBF) no Espírito Santo e até as famílias alcançarem a renda mensal por pessoa de R\$ 109,00 (cento e nove reais), incluindo o valor que a família recebe do PBF.

3.3.2. A Avaliação

A avaliação do Projeto Bolsa Capixaba tem como objetivo: avaliar o impacto do projeto na qualidade de vida das famílias e em suas estratégias de sobrevivência. Contudo, existe a expectativa de que, dada a precariedade das famílias, os ganhos marginais de renda tenderiam a melhorar as condições de vida de seus beneficiários.

Nesse sentido, as ações de transferência de renda do Projeto Bolsa Capixaba podem potencializar os impactos esperados do Programa Bolsa Família, além dos benefícios de acesso a bens e serviços. Como resultados já reportados para o Bolsa Família apontam-se impactos positivos na autoestima das famílias, na condição de acesso aos serviços públicos e na condição de segurança alimentar¹.

Avaliações de impacto buscam averiguar o efeito causal de uma determinada política por meio de uma comparação entre o que aconteceu após a sua implementação e o que teria acontecido se a política não tivesse sido implementada. Tal comparação é realizada por meio do estabelecimento do contrafactual: famílias beneficiárias (grupo de tratamento) e não beneficiárias (grupo de controle) com características próximas cuja diferença seja o fato de estar sujeita ou não aos efeitos daquela política.

A avaliação é resultado de uma parceria envolvendo o IJSN, a SETADES e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

Em 2018 foram inseridas novas famílias no Projeto Bolsa Capixaba e por isso o campo foi planejado para ser realizado em dois momentos, o primeiro antes das novas famílias selecionadas serem incluídas e o segundo, aproximadamente um ano após a participação no programa.

No primeiro trabalho de campo, a coleta de dados realizada em 2018, têm os seguintes objetivos: i) a construção de uma linha de base a ser utilizada como parâmetro comparativo da segunda pesquisa de campo; ii) verificar a semelhança entre os grupos de tratamento e controle selecionados para pesquisa, com a finalidade de testar a hipótese de que os grupos são suficientemente parecidos antes do recebimento do benefício; e iii) testar se os indicadores de impacto e suas respectivas escalas são apropriadas para a avaliação do Projeto.

¹ Para mensurar o grau de insegurança alimentar foi utilizado a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) criada pelo IBGE.



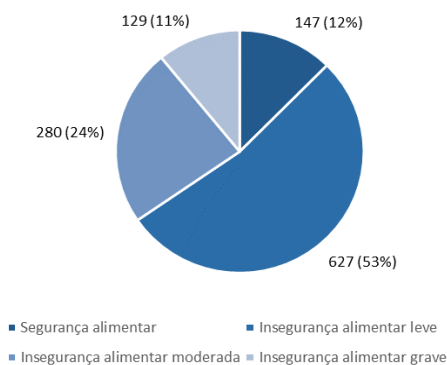
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A primeira fase da pesquisa construiu uma linha de base com 1.183 (um mil, cento e oitenta e três) domicílios entrevistados. Atualmente a equipe está em fase de finalização à análise dos dados coletados e emissão de relatório parcial. Em relação ao segundo objetivo, os resultados apontaram grande semelhança entre as médias dos grupos de tratamento e controle em relação às variáveis explicativas selecionadas na avaliação.

Para cumprir o terceiro objetivo, foram estruturadas duas escalas para aferição dos níveis de segurança alimentar e de renda² da família. A segunda escala relacionada à renda, criada exclusivamente para o projeto de avaliação do projeto Bolsa Capixaba, possui o objetivo de medir o grau de sustentabilidade das fontes de recursos financeiros das famílias entrevistadas.

Em relação à segurança alimentar, entre os respondentes, 12,4% estavam no momento da entrevista em situação de segurança alimentar. Por outro lado, 53,0% apresentaram insegurança alimentar leve, 23,7% indicaram uma insegurança alimentar moderada, e por fim, em 10,9% das famílias constata-se insegurança alimentar grave (Gráfico 1). Isto significa que 87,6% das famílias entrevistadas estavam em situação de insegurança de alimentar, resultado muito acima da média brasileira.

Gráfico 1 - Quantidade e proporção de domicílios em cada nível de segurança alimentar



Fonte: IJSN

No caso dos resultados obtidos para a escala de segurança de renda, 24 domicílios (2% do total) foram identificados na situação de segurança de renda, ou seja, não apresentaram problemas financeiros. Os domicílios que estão em situação de insegurança leve somam 625 (53%); já os que estão em situação de insegurança moderada são 502 domicílios (42%), conforme Gráfico 2. Apesar de serem poucos, 32 domicílios (3% do total) estão em situação de insegurança grave. Ressalta-se que dos domicílios entrevistados nenhum apresentou situação de insegurança de renda gravíssima. Esse resultado demonstra a instabilidade da renda das famílias beneficiárias tanto do Bolsa Família quanto do Bolsa Capixaba, apontando para a

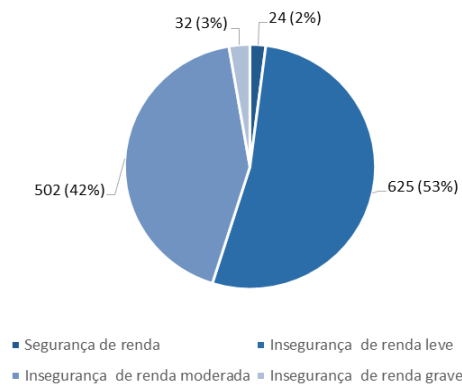
² Para mensurar o grau de insegurança de renda foi criada pela equipe da pesquisa uma escala de opinião do tipo “Likert”, composta por um conjunto de questões nas quais os respondentes escolhem dentro de uma escala entre 1 (nunca) a 5 (sempre).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

necessidade de uma renda fixa que seja suficiente para a manutenção do mínimo existencial, garantido pela Constituição Federal.

Gráfico 2 - Quantidade e proporção de domicílios em cada nível de segurança de renda



Fonte: IJSN

A pesquisa está prevista para terminar em 2020 e possui a previsão de realização da segunda pesquisa de campo para o segundo semestre de 2019.

Como benefício esperado desta avaliação, busca-se aperfeiçoar a política de transferência de renda do Estado, de modo que os recursos transferidos às famílias sejam suficientes para melhoria de sua condição de vida. Desta forma, pretende-se analisar a pertinência de seu desenho atual, buscando maior eficiência na utilização do recurso público.

3.4. Nossa Bolsa

Pesquisa coordenada pelo servidor Magnus William de Castro.

3.4.1. A Política

O Programa Nossa Bolsa, gerenciado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), foi criado em 2006 com a finalidade de conceder bolsas de graduação em faculdades particulares a estudantes que não possuem condições financeiras de custear o valor das mensalidades. Atualmente, o Programa foi ampliado e, além de ofertar bolsas de graduação presenciais e a distância, disponibiliza bolsas de Pesquisa de Iniciação Científica, Tecnológica e Extensão pelo período de 12 (doze) meses e bolsas de Mestrado por até 24 (vinte e quatro) meses.

O público alvo do Programa abarca estudantes egressos de escolas públicas capixabas ou aqueles que tenham cursado o ensino médio em escolas particulares na condição de bolsistas integrais. Desde 2006, os candidatos inscritos são selecionados por meio de editais lançados



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

anualmente, cuja aprovação depende da nota do Enem e do atendimento aos critérios de elegibilidade do Programa, tais como possuir renda mensal per capita de um salário mínimo – para candidatos às bolsas integrais (100%) – ou de até três salários mínimos *per capita* – no caso dos candidatos às bolsas parciais (50%). As Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes do Nossa Bolsa estão distribuídas por todo o território do Espírito Santo.

3.4.2. A Avaliação

A Avaliação do Programa Nossa Bolsa possui o objetivo de dimensionar o impacto do Programa na vida de seus beneficiários, de modo que esses resultados sirvam como suporte para o órgão gestor desta política pública na tomada de decisão.

A metodologia aplicada na avaliação compara dois grupos de pessoas interessadas em participar de um curso superior específico, todos inscritos no Programa Nossa Bolsa, sendo que um grupo ingressou no curso de graduação (inscritos selecionados) e o outro não (inscritos não selecionados). Ao contrapor os dois grupos, espera-se que aquele que realizou o curso (denominado grupo de tratamento) tenha um ganho nos indicadores de qualidade de vida (renda do trabalho, ocupação, etc.) superior ao grupo que não fez o curso pelo Programa (denominado grupo de comparação).

Esta avaliação é resultado de uma parceria entre o IJSN e a FAPES. No decorrer da pesquisa, também foi desenvolvida uma parceria entre o IJSN e o então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – atualmente extinto e agregado, em partes, ao Ministério da Economia –, o que possibilitou o acesso aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Identificada, ampliando o campo de análise da pesquisa no que diz respeito às informações sobre mercado de trabalho formal dos inscritos no Programa Nossa Bolsa.

A pesquisa começou a ser desenvolvida em janeiro de 2018 e, até o mês de março de 2019, já foram realizadas duas etapas do estudo com aplicação de questionários via telefone. De abril a junho de 2018, foram aplicados 927 (novecentos e vinte e sete) questionários de um banco de dados de 2.626 (dois mil, seiscentos e vinte e seis) concluintes do Programa Nossa Bolsa (que ingressaram no período de 2006-2009), que é a base necessária para a identificação do perfil e situação atual dos concluintes do Programa Nossa Bolsa no período analisado. Já nos meses de julho a dezembro de 2018, foram aplicados 5.972 (cinco mil, novecentos e setenta e dois) questionários com inscritos do Programa Nossa Bolsa (que ingressaram no período de 2010-2015) entre os grupos de selecionados e de não selecionados, cuja finalidade foi realizar uma atualização cadastral e dimensionar um impacto preliminar do Programa.

Em março de 2019, foi concluído o relatório da primeira etapa da pesquisa (2006-2009) e está em processo de construção o relatório de campo, referente à fase de atualização cadastral, empreendida com os inscritos no Programa dos anos 2010 a 2015.

Conclui-se que, entre os resultados da primeira etapa da pesquisa (2006-2009), a maior parte dos entrevistados permaneceu na microrregião de moradia da época de inscrição no Nossa



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Bolsa, após a conclusão do curso superior, percentual que varia de 51% a 78%, resultando em uma média de 68% de permanência na mesma localidade após a conclusão da graduação, evidenciando, portanto, a contribuição do Nossa Bolsa para o desenvolvimento local e regional (Tabela 1).

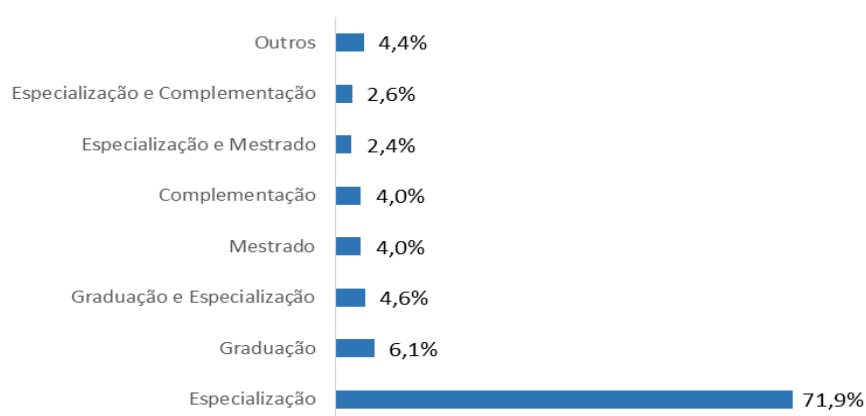
Tabela 1 - Cenário de migração da microrregião de moradia após conclusão do curso entre os participantes da pesquisa

Microrregião	Não	Sim
Caparaó	66%	34%
Central Serrana	57%	43%
Central Sul	72%	28%
Centro-Oeste	64%	36%
Litoral Sul	59%	41%
Metropolitana	73%	27%
Nordeste	54%	46%
Noroeste	71%	29%
Rio Doce	78%	22%
Sudoeste Serrana	51%	49%
Média	68%	32%

Fonte: IJSN

Outro dado importante diz respeito à continuidade dos estudos após a conclusão do curso de graduação, 69,3% dos entrevistados afirmou que fez ou estava fazendo, no momento da entrevista, algum curso de pós-graduação ou até mesmo outra graduação (Gráfico 3). Dentre esse grupo, 71,9% refere-se à especialização, além de mais 2,6% que disseram ter feito, além de uma especialização, algum tipo de curso de complementação e outros 2,4% que realizaram uma especialização e ainda um curso de mestrado. Um grupo de 4,6% dos respondentes afirmou ter feito outra graduação e uma especialização, enquanto 6,1% declarou ter feito apenas outra graduação.

Gráfico 3 - Tipo de curso realizado após a conclusão da graduação entre os entrevistados da Pesquisa





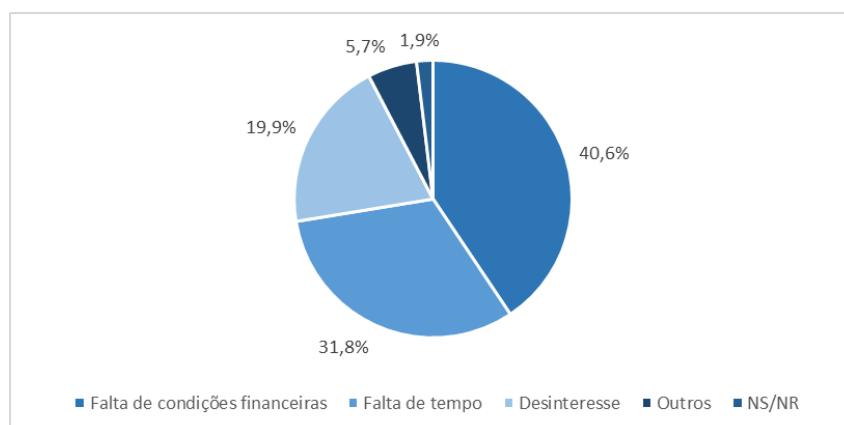
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fonte: IJSN

Ainda analisando o Gráfico 3, vê-se que uma pequena parcela dos interlocutores – 6,4% – fizeram ou estavam realizando mestrado, um dado que indica uma demanda de pessoas interessadas em fazer um curso de pós-graduação *stricto-sensu*. Nesse sentido, a FAPES, por meio do programa Nossa Bolsa, lançou o edital nº 016/2018, para concessão de bolsas de mestrado para alunos concluintes de graduação pelo programa.

E no que tange aos entrevistados que não continuaram os estudos após concluir o curso superior, a maior parte declarou que foi em decorrência de questões financeiras, o que corresponde a um grupo de aproximadamente 40,6% dos respondentes (Gráfico 4). Também foi significativo o quantitativo de pessoas que justificou a falta de tempo como sendo o principal motivo para não ter dado continuidade aos estudos (32%), enquanto a falta de interesse foi a principal causa para cerca de 20% dos concluintes.

Gráfico 4 - Principal motivo para a não continuidade dos estudos entre os entrevistados da Pesquisa



Fonte: IJSN

Dessa maneira, se o maior motivador para a não continuidade dos estudos é a falta de condições financeiras, a concessão de bolsas de mestrado pode ser uma política pública positiva que auxilie o estudante de pós-graduação a se manter no curso e, assim, aumentar a sua qualificação profissional. Contudo, é importante ressaltar que a concessão de bolsas de mestrado por meio do Programa Nossa Bolsa não é para custeio de semestralidades, mas sim para o próprio estudante que já está devidamente matriculado em alguma instituição e que tenha cursado a graduação pelo Nossa Bolsa.

Nesse cenário, a bolsa de mestrado ainda não alcança aquele indivíduo que é egresso do Nossa Bolsa e que gostaria de fazer uma pós-graduação, mas que ainda não ingressou no curso por insuficiência de recursos financeiros.

Por fim, a pesquisa já teve como resultado a construção do Questionário de Linha de Base do Programa Nossa Bolsa, com 89 questões distribuídas em quatro blocos, que foi enviado para a FAPES com o intuito de ser respondido online pelos candidatos no momento de inscrição no Programa Nossa Bolsa. O objetivo é reunir informações que permitam o acompanhamento dos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

inscritos ao longo do tempo e a produção de um banco de informações que possa ser utilizado para subsidiar avaliações futuras. Esse questionário já foi implementado pela FAPES, de maneira não obrigatória, no edital de Graduação Nossa Bolsa 2018-2019.

A pesquisa está prevista para finalizar até o final de 2019, restando ainda avaliação dos dados e o cruzamento entre as informações da RAIS e do banco de dados 2010-2016, com a finalidade de obter análises entre os grupos de tratamento e de comparação no que diz respeito ao mercado de trabalho formal. Após esta etapa, será verificada a necessidade de realizar a última etapa de aplicação de questionários para os inscritos no período de 2010-2016 para a finalização da avaliação de impacto.

Ante ao exposto, somente será possível a avaliação da qualidade do gasto público após a conclusão da pesquisa, sendo que essas preliminares já podem auxiliar o gestor da pasta em tomada de decisões.

3.5. Reflorestar

Pesquisa coordenada pelo servidor Pablo Medeiros Jabor.

3.5.1. A Política

O Programa Reflorestar é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo e tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos.

A meta é a recuperação de 80 mil hectares até 2020 por meio de ações de restauração e conservação da vegetação nativa, desmatamento evitado e arranjos florestais de uso sustentáveis

Esta também é a contribuição do Estado para o Desafio 20x20, iniciativa proposta por países da América Latina e Caribe (LAC), na Conferência das Partes (COP 20) no Peru, em 2014, para restaurar e/ou evitar o desmatamento em 20 milhões de hectares.

Por sua vez, a Iniciativa 20x20 está alinhada com ações de amplitude global, como a Declaração de Florestas da Cúpula de Clima de Nova York, o Desafio de Bonn de restauração de 150 milhões de hectares até 2020 e com movimentos nacionais focados no Bioma Mata Atlântica, como o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica.

As primeiras ações do Programa tiveram seu início em 2013, com significativo ganho de escala em 2014 e 2015, com as seguintes modalidades de apoio do Programa: Floresta em pé, Recuperação plantio, Regeneração natural, Sistema Agroflorestal, Sistema Silvipastoril e Floresta Manejada. O produtor rural pode ser beneficiado com uma ou mais modalidades simultaneamente, sendo que o incentivo para a recuperação da cobertura florestal se dá



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

através de recurso para cobrir despesas de implantação das práticas estimuladas, e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), por sua vez, reconhece os serviços ambientais gerados pelas práticas mantidas e/ou implementadas.

Todos os anos, ao início de cada ciclo do Projeto, são anunciadas as metas e as áreas prioritárias de atendimento, sendo selecionados os produtores rurais cadastrados.

O repasse dos recursos é feito mediante assinatura de contrato entre o produtor rural e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), por meio do qual são pactuados os usos a que se destinam os recursos. Os valores a serem pagos para aquisição de insumos e para o reconhecimento dos benefícios gerados pela floresta serão dimensionados com base em projeto técnico, que fará parte do contrato. Os projetos técnicos somente poderão ser elaborados por profissionais indicados pelo Reflorestar.

3.5.2. A Avaliação

O objetivo do projeto é realizar a avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos ocorridos em decorrência da implantação do Programa Reflorestar. Em particular, a pesquisa busca avaliar os impactos da política de pagamentos de serviços ambientais (PSA) no comportamento do produtor rural, no que se refere à adoção de práticas amigáveis do uso do solo, na manutenção das áreas de regeneração natural e na variação da cobertura florestal; avaliar a qualidade e disponibilidade hídrica nas áreas atendidas pelo programa; e avaliar os motivos de desistência de proprietários em participar do programa.

As metodologias utilizadas serão a avaliação de impacto não experimental e a avaliação qualitativa. Para a avaliação de impacto socioeconômico, foram aplicados 2160 (dois mil cento e sessenta) questionários em propriedades atendidas pelo programa até 2017 e 840 (oitocentos e quarenta) questionários em um conjunto de amostras de controle (propriedades não atendidas pelo Reflorestar). Para a avaliação de impacto na cobertura florestal, será realizado o mapeamento de uso e ocupação do solo a partir de imagens de sensoriamento remoto, combinado com a análise da evolução nos polígonos de propriedade rural atendidas e nas propriedades do grupo de controle. Por fim, a análise de qualidade e disponibilidade hídrica está sendo realizada a partir de histórico das redes da Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Agência Nacional das Águas (ANA), Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) e Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), complementada com duas campanhas (realizadas em período seco e chuvoso) em pontos de regiões não atendidas pelas redes.

Os dados levantados na aplicação de questionário, realizada entre os meses de julho a novembro de 2018, estão sendo compilados e tratados. Até o momento foi identificado nos dados o perfil do produtor atendido pelo programa. Em síntese, 80,7% (oitenta vírgula sete por cento) são homens, com idade média de 55 (cinquenta e cinco) anos, com tempo médio de experiência na agricultura superior a 40 (quarenta) anos, residindo na localidade por mais de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

30 anos, sendo que desses 46% (quarenta e seis por cento) são sem instrução, 40% (quarenta por cento) com rendimento médio de 1 a 3 salários mínimos, e 82% (oitenta e dois por cento) realiza na propriedade plantio convencional.

A análise sobre a Cobertura Florestal nas propriedades contempladas pelo Programa Reflorestar foi realizada considerando o período estabelecido entre os anos de 2012 a 2015, período relacionado ao Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra 2012-2015 (IEMA) existente para o Estado do Espírito Santo. As análises permitiram a criação de uma linha de base de dados, que servirá como comparativo para futuras análises, quando um novo levantamento for realizado.

Para a avaliação de qualidade e disponibilidade de água, foram utilizados os dados da rede de monitoramento da AGERH, composta por 27 (vinte e sete) estações, além da rede complementar do projeto composta por 57 (cinquenta e sete) pontos amostrais, 8 (oito) pontos de controle e 49 (quarenta e nove) pontos de análise. A rede complementar foi definida de maneira a ampliar a cobertura de análise para áreas potencialmente afetadas pelo programa Reflorestar. Nestes pontos, foram obtidos parâmetros quali-quantitativos de água do ano hidrológico de 2018/2019 em dois períodos distintos, período seco (agosto-setembro), e período chuvoso (dezembro-janeiro, 2018/2019), os dados da segunda campanha foram entregues em fevereiro de 2019 e estão em processo de análise.

A previsão de término da pesquisa é em abril de 2020. Como os objetivos do Programa Reflorestar relacionados à melhoria na qualidade e disponibilidade hídrica só poderão ser de fato avaliados a longo prazo, uma vez que estão associados em grande parte ao crescimento/desenvolvimento de plantio florestal ou regeneração natural, o projeto de avaliação não contempla análise financeira do gasto público prevista na Lei nº 10.744/2017. A avaliação socioeconômica pretende apresentar possíveis impactos da política de pagamento por serviços ambientais tanto no comportamento do produtor rural relacionado à adoção de práticas amigáveis do uso do solo quanto em relação a benefícios socioeconômicos, os resultados poderão auxiliar gestores na tomada de decisões quanto ao aprimoramento do programa.

3.6. Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Pesquisa coordenada pelo servidor Thiago de Carvalho Guadalupe.

As políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres previstas no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2018 são: o Programa Patrulha Maria da Penha e o Programa Homem que é Homem.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.6.1. Programa Patrulha Maria da Penha

3.6.1.1. A Política

O objetivo geral do Programa Patrulha Maria da Penha é colaborar para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado do Espírito Santo, por meio do atendimento às mulheres (visitas tranquilizadoras) em situação de violência doméstica que solicitaram Medida Protetiva de Urgência (MPU). O programa foi instituído pela Lei Estadual Nº 10.585, em 26 de outubro de 2016.

Os objetivos específicos são o fortalecimento da Polícia Militar do Espírito Santo junto a Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a prestação de um serviço mais humanizado às mulheres através da formação e capacitação permanente dos policiais envolvidos no processo do programa.

Os órgãos responsáveis pela execução do Programa são a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES), a Polícia Civil do ES (PCES), através das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), a Polícia Militar do ES (PMES), por meio da Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária, envolvendo a Divisão Corporativa de Direitos Humanos e a Comissão de Elaboração de Protocolos, os Batalhões (1º BPM – Maruípe, 4º BPM – Vila Velha, 6º BPM – Serra, 7º BPM – Cariacica, 10º BPM – Guarapari e 11º BPM – Barra de São Francisco), Companhias Independentes e o Comando de Polícia Ostensiva (CPO).

O Programa funciona por meio de visitas tranquilizadoras às mulheres realizadas pela Patrulha Maria da Penha. O serviço da patrulha é apresentado à mulher por meio do Delegado(a) de Polícia na ocasião do registro da ocorrência policial e da solicitação da medida protetiva de urgência, na respectiva Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), ou quando necessário, nas Delegacias de Polícia (Distritos Policiais ou Delegacias de Plantão), sendo impreterível a autorização da mulher para a realização ou não das visitas tranquilizadoras.

É orientado aos batalhões que criem e estruturem a Patrulha Maria da Penha que são guarnições específicas para esse serviço. Essas guarnições devem ser integradas por no mínimo 2 (dois) policiais, priorizando a participação de policial militar do sexo feminino - por entender que a mulher requerente da visita pode se sentir mais confortável com a presença de outra mulher - e por pelo menos 1 (um) deles com ensino superior, não podendo envolver policiais que respondem a algum tipo de processo administrativo disciplinar referente a violência doméstica e familiar. Os policiais designados para compor a patrulha são previamente capacitados e selecionados nos termos da Diretriz PMES nº 006/2017.

Para a realização das visitas é utilizada uma viatura automotiva específica e identificada, possuindo compartimento fechado que separa o agressor da vítima, quando necessário. Nas localidades que não possuam batalhões, as Unidades Operacionais devem indicar equipe(s) equivalente(s).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

As Unidades da Polícia Militar que possuem Patrulha Maria da Penha são: 1ºBPM em Vitória, 4º BPM em Vila Velha, 5º BPM em Aracruz, 6º BPM na Serra, 7º BPM em Cariacica, 8º BPM em Colatina, 9º BPM em Cachoeiro de Itapemirim, 12º BPM em Linhares e 13º BPM em São Mateus. As demais regiões atuam com Equipes Equivalentes.

O público alvo do programa são mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar, que realizam registro da ocorrência policial e fazem requerimento da Medida Protetiva de Urgência (MPU).

3.6.1.2. A Avaliação

O tipo de avaliação foi a Análise Executiva e a metodologia utilizada contempla entrevistas em profundidade com os atores da política e a sistematização dos dados e registros administrativos do programa.

Os parceiros para a realização desse trabalho junto ao Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) foram a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES) e a Polícia Militar do ES (PMES), por meio da Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária.

A pesquisa teve início em março de 2018. Desde então, foram realizadas as coletas de dados dos registros administrativos, entrevistas qualitativas em profundidade, produção do Modelo Lógico, Mapa de indicadores e da Análise SWOT. A Análise Executiva está na sua fase final, os pesquisadores estão produzindo o relatório da pesquisa, em seguida será produzido o Sumário Executivo e preparada a palestra de apresentação da análise. A previsão de término da Análise Executiva é maio de 2019.

Já foram feitas devolutivas para a equipe do Programa, em reuniões de trabalho, do Modelo Lógico e Análise SWOT (Figura 1).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 1 - Análise SWOT do programa Patrulha Maria da Penha

ANÁLISE SWOT			
FATORES INTERNOS	FORÇAS		FRAQUEZAS
	Presença da Patrulha gera sensação de segurança para a vítima		Pouca integração da PM à rede sócio-assistencial
	Capacitações frequentes		Não presença de psicólogos e/ou assistente social na equipe
	Organização e normatização do programa		"Dependência" das visitas (pessoas muito tempo no programa nem sempre com encaminhamentos)
	Projetos de informatização do atendimento (formulários online/app)		Dados incompletos de cadastro (atendimento inicial PC/Boletim de Ocorrência)
	Realização de monitoramento constante do programa		Programa pouco divulgado
	Dedicação exclusiva ao programa dos patrulheiros		
	Aproximação da PM com a comunidade		
	Flexibilização do local de atendimento		
Possibilidade de ampliação da metodologia para atuação na prevenção primária			
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES		AMEAÇAS
	Parcerias com instituições externas que permitam maior aproximação da vítima com a PM (e elevação da autoestima)		Capacidade de atendimento da vítima pelas instituições de assistência social (ex: CREAS)
	Agenda em evidência relacionada às políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres		Bairros violentos em conflitos constantes não recebem bem a presença da patrulha (adverso)
Possibilidade de parceria com instituições de ensino		Contexto político nacional (extinção da SPM, etc...)	

Fonte: IJSN

3.6.2. Programa Homem que é Homem

3.6.2.1. A Política

O Homem que é Homem teve seu lançamento em março de 2015 na Semana das Mulheres e os órgãos responsáveis por sua execução são a Polícia Civil do Espírito Santo (PCES), por meio da Seção de Projetos Educacionais, Prevenção e Estudo da Violência (SPEV), e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES), tendo como objetivo geral do Programa a prevenção e redução da violência intrafamiliar e de gênero, em consonância com a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), a partir de uma política de educação e reflexão voltada para os homens autores de violência conforme o § 5º do Art. 35 da Lei Maria da Penha, que dispõe: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: centros de educação e de reabilitação para os agressores”.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Os objetivos específicos são a redução do índice de reincidência de violência doméstica, o fortalecimento da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, discutir o processo de construção de identidades masculinas, discutir o processo de construção das relações de gênero e promover a construção de recursos e habilidades não-violentas no âmbito das relações interpessoais, em especial, as conjugais e familiares.

O público alvo são homens que cometeram violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme disposto no Art. 7º da Lei nº 11.340/06, Lei Maria da Penha. Excetuam-se homens que já cometeram feminicídio (por entenderem se tratar de crime mais complexo), que possuem envolvimento com o tráfico de drogas, adolescentes (pois são sujeitos em situação de desenvolvimento, precisam de atendimento diferenciado) e agentes de segurança pública (pois quando os mesmos estão no local podem provocar situações desconfortáveis).

O programa funciona a partir de grupos reflexivos, tendo ao longo do ano a realização de sete ciclos. Cada ciclo é composto por cinco encontros com duração média de uma hora e trinta minutos podendo variar para mais ou menos. Os grupos são realizados com no máximo 12 (doze) participantes por ciclo (esse número pode ser inferior). Outra atuação do programa estabelecida pela Instrução de Serviço nº 208, de 07 de novembro de 2016, da PCES, protocolo nº 274671, é a expansão para outras regiões administrativas do Estado.

Atualmente o programa abrange os municípios da Grande Vitória (Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória) e os municípios de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Marataízes e Colatina, são executados por meio de cooperação técnica, sob coordenação do atual SPEV junto aos órgãos municipais, sendo os mesmos habilitados para a aplicação dos grupos reflexivos.

3.6.2.2. A Avaliação

O tipo de avaliação foi a Análise Executiva e a metodologia utilizada foi entrevista em profundidade com os atores da política e o acompanhamento presencial de um dos ciclos do grupo reflexivo realizados no ano de 2018. Os parceiros do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para a realização desse trabalho foram a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES), e a Polícia Civil do Espírito Santo (PCES), por meio da Seção de Projetos Educacionais, Prevenção e Estudo da Violência (SPEV).

A pesquisa teve início em março de 2018. Desde então, foram realizadas as coletas de dados através de entrevistas, consulta aos registros administrativos, acompanhamento de um ciclo do grupo reflexivo, produção do Modelo Lógico, Mapa de Indicadores, e da Análise SWOT. A Análise Executiva está na sua fase final, os pesquisadores estão produzindo o relatório da pesquisa, em seguida será produzido o Sumário Executivo. A previsão de término da Análise Executiva é maio de 2019.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Já foram feitas devolutivas para a equipe do Programa, em reuniões de trabalho, do Modelo Lógico e Análise SWOT (Figura 2).

Figura 2 - Análise SWOT do programa Homem que é Homem

ANÁLISE SWOT			
FATORES INTERNOS	FORÇAS	FRAQUEZAS	
	Metodologia do Grupo Reflexivo	Número de encontros	
	Equipe multidisciplinar	Troca da equipe no meio do ciclo	
	Temática dos encontros	Poucas capacitações para a equipe	
	Espaço (ambiente físico) dos encontros	Ausência de um profissional do sexo masculino na equipe técnica	
	Horário dos encontros	Ausência do vale social (transporte - incentivo)	
	Ampliação do conhecimento da Lei Maria da Penha	Falta de recurso próprio	
	Divulgação da rede de serviços (encaminhamentos)	Equipe reduzida para ampliação	
	Não obrigatoriedade da participação		
	Desenho do projeto centralizado na PCES		
	Pouca divulgação do projeto		
	Multiplicação do projeto		
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	
	Fortalecimento da articulação e integração da PCES com a rede de enfrentamento	Contexto político desfavorável (Ex: extinção da SPM, agentes políticos com trajetória pouco vinculada a agenda)	
	Multiplicação da metodologia com demais municípios do ES	Dimensão cultural punitivista (projeto voltado ao agressor)	
	Parcerias com instituição de ensino	Poucos profissionais com perfil para esse tipo de trabalho	
	Agenda em evidência relacionada às políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres	Impactos de mudanças de governo	

Fonte: IJSN

3.7. Políticas de Reintegração do Preso e Egresso

Pesquisa coordenada pelo servidor Pablo Silva Lira

3.7.1. A Política

As Políticas de Reintegração do Preso e Egresso, gerida pela Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), englobam as ações com foco na reintegração por meio da educação formal, qualificação profissional e inserção no trabalho.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O objetivo central é assistir os presos e egressos do Sistema Prisional Capixaba com o intuito de viabilizar a execução penal como instrumento de aprendizado e transformação, prepará-los para o retorno ao convívio social, bem como prevenir a reincidência criminal. Vejamos essas políticas:

A "Política de Educação Formal e Profissionalizante", administrada pela Gerência de Educação e Trabalho (GET/SEJUS), iniciada em 2005, com o "Programa Portas Abertas para Educação", uma parceria estabelecida com a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) por meio da Portaria Estadual nº 042-R/2005, tem como escopo ofertar educação formal em Unidades Prisionais. Em 2008, o "Programa de Educação Profissional" iniciou a oferta de ensino profissionalizante para os internos.

Atualmente, o ensino nas prisões é regulamentado pelas Resoluções nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e nº 2/2010 do Conselho Nacional de Educação, além da Portaria Conjunta SEJUS/SEDU nº 001-R/2014, de 30 de janeiro de 2014

A SEJUS também executa a "Política de Inserção do Preso no Trabalho" desde 2006. A GET/SEJUS é responsável pelo estabelecimento de parcerias com o setor privado, Órgãos Públicos e a execução de programas internos para absorção da mão de obra prisional ("Costurando o Futuro" e "Manutenção da Vida"). A inserção do preso no trabalho no Estado é regulamentada pela Lei nº 879, de 26 de dezembro de 2017 e pelo Decreto Estadual nº 4.251-R/2018, de 21 de maio de 2018

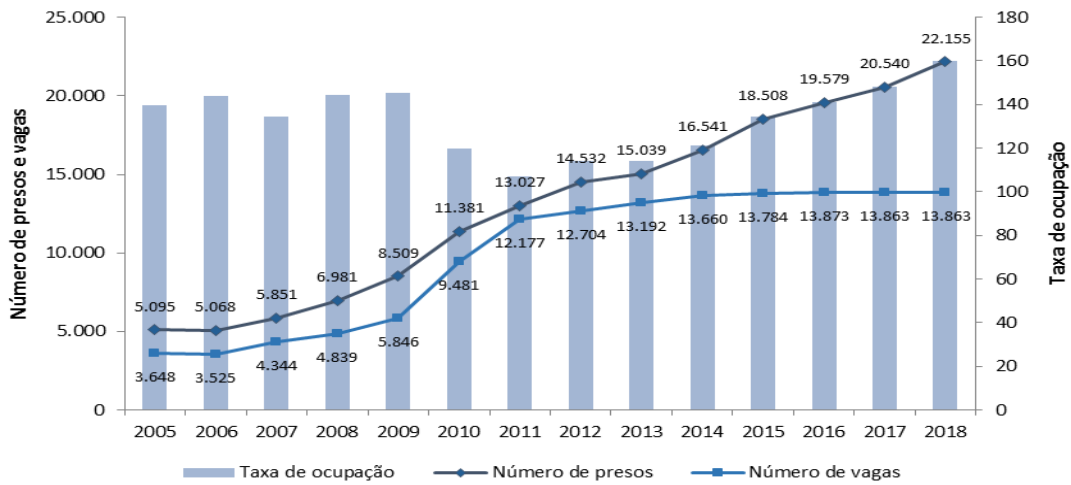
O apoio aos egressos do Sistema Prisional Capixaba e suas famílias está a cargo da Gerência de Reintegração Social e Cidadania (GRSC/SEJUS). Os indivíduos residentes em municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha ou Vitória) são assistidos por meio do Escritório Social, desde 2016. Neste espaço são ofertados serviços de suporte através do atendimento psicossocial, emissão de documentos, encaminhamentos para serviços de saúde, educação, vagas em cursos de qualificação profissional, vagas de trabalho, dentre outras demandas apresentadas pelos indivíduos.

Vale ressaltar que o sistema prisional capixaba passa por um período de adversidade para a promoção de políticas de reintegração do preso. O gráfico 5 mostra o desafio que está posto com crescimento do número de pessoas privadas de liberdade e estabilidade no número de vagas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gráfico 5 – Pessoas privadas de liberdade X número de vagas no Sistema Prisional do Espírito Santo, 2005-2018



Fonte: IJSN

3.7.2. A Avaliação

As Políticas de Reintegração do Preso e Egresso foram analisadas e as informações compiladas no formato de Análise Executiva. O início se deu em março de 2018, sendo finalizada em fevereiro/2019. O objetivo foi o de apresentar as principais características das políticas, tais como órgãos executores, beneficiários, se há normativa para as ações em desenvolvimento, as atividades executadas. A Análise Executiva ainda apresenta os resultados obtidos, os pontos que demandam atenção e as recomendações para aprimoramento e ampliação da assistência aos presos e egressos do Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo.

As informações analisadas foram obtidas por meio de pesquisas documentais, fontes bibliográficas e dados abertos ou disponíveis em sites institucionais (*World Prison Brief* e Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen). O contato com os gestores da SEJUS (GET e GRSC) permitiu a realização de entrevistas sobre as políticas (histórico, público-alvo e atividades executadas) e a obtenção de dados numéricos sobre a população prisional, os egressos e os beneficiários inseridos nos programas/políticas.

Para a análise das políticas/programas foram elaborados alguns produtos. A Matriz *SWOT* que permite observar características das ações referentes às forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. O Modelo Lógico (ML) de cada política por meio do qual são organizados os elementos do processo (insumos e atividades), bem como os resultados (produtos, resultados e impactos) oriundos da realização do processo. A partir das informações do ML foram elaboradas as Matrizes de Indicadores a serem monitorados pelas equipes da SEJUS.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.7.3. Resultados

Por intermédio desta pesquisa, além do produto principal (Análise Executiva), foi possível entregar produtos como o Sumário Executivo das políticas, o Modelo Lógico, a Matriz de Indicadores e a Matriz SWOT. O Sumário Executivo foi publicado no site do IJSN e pode ser acessado através do link: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5267-sumario-executivo-politica-de-reintegracao-do-presos-e-egresso>.

A elaboração desses produtos contribuiu para a compreensão das políticas e programas desenvolvidos pela SEJUS com foco na reintegração de presos e egressos, os benefícios decorrentes das ações e os pontos que demandam maior atenção para aprimoramento e ampliação das assistências prestadas. Além destas contribuições, é importante ressaltar que o Modelo Lógico e a Matriz SWOT foram úteis à Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) para auxiliar no mapeamento de processos da SEJUS.

Finalmente, esta análise executiva apresenta para ampliação e aprimoramento das ações em desenvolvimento com foco na reintegração de presos e egressos:

Figura 3 - Análise SWOT da Política de Educação Formal e Profissionalizante

ANÁLISE SWOT			
FATORES INTERNOS	FORÇAS		FRAQUEZAS
	Equipe da GET empenhada		Ausência de sistema de informação integrado das gerências da SEJUS envolvidas nas ações para reintegração social de presos e egressos
	Reestruturação do sistema prisional (2006/2009/2012)		Quantitativo de profissionais da GET insuficiente frente ao crescimento da população prisional
	Maior controle da população prisional		
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES		AMEAÇAS
	Respaldo no ordenamento jurídico nacional (Constituição Federal, LEP, etc.)		Ausência de sistema de informação integrado entre a SEJUS, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público
	Parceria com SEDU, Sistema S e uso de recursos do PRONATEC		Descontinuidade da gestão na SEDU
			Dependência de parceiros para oferta de ensino profissionalizante

Fonte: IJSN



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 4 - Análise SWOT da Política de Inserção do Preso no Trabalho

ANÁLISE SWOT			
FATORES INTERNOS	FORÇAS		FRAQUEZAS
		Equipe da GET empenhada	Ausência de sistema de informação integrado das gerências da SEJUS envolvidas nas ações para reintegração social de presos e egressos
		Programa interno para pagamento do salário dos presos	Quantitativo de profissionais da GET insuficiente frente ao crescimento da população prisional
		Projetos internos para absorção da mão de obra prisional ("Manutenção da Vida" e Costurando o Futuro")	Dificuldades com a logística devido ao distanciamento das unidades
			Fiscalização do trabalho do preso insuficiente
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES		AMEAÇAS
		Respaldo no ordenamento jurídico nacional (Constituição Federal, LEP, etc.)	Ausência de sistema de informação integrado entre a SEJUS, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público
		Existência do "Selo Social"	Redução de postos de trabalho devido a crise econômica

Fonte: IJSN

Figura 5 - Análise SWOT do Escritório Social

ANÁLISE SWOT			
FATORES INTERNOS	FORÇAS		FRAQUEZAS
		Equipe multidisciplinar compromissada	Adesão e permanência dos egressos é voluntária
		Elaboração do Plano Individualizado de Atendimento ao Egresso	Ausência de sistema de informação integrado das gerências da SEJUS envolvidas nas ações para reintegração social de presos e egressos
		Entrega do "Vale Social"	Ausência de contrarreferência dos encaminhamentos
			Rotatividade da equipe técnica e administrativa
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES		AMEAÇAS
		Orientação aos egressos nas unidades prisionais e em audiências na 9ª Vara Criminal de Vitória	Ausência de sistema de informação integrado entre a SEJUS, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público
		Acesso aos relatórios de alvará do INFOPEN	Redução de postos de trabalho e da oferta de cursos profissionalizantes devido a crise econômica
		Parceria com SEG, SECTI e Polícia Civil	Preconceito na contratação de Egressos
		Convênio com SENAC e SEBRAE	

Fonte: IJSN



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Com isso a equipe do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, coordenado pelo IJSN, recomenda que esta política passe por uma reformulação leve tendo como base as recomendações.

Ante ao exposto, com a Análise Executiva posta em tela, será possível auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões, buscando maior eficiência na utilização do recurso público.

3.8. Rede Cuidar

Pesquisa coordenada pelo servidor Frederico Guilherme Nogueira.

3.8.1. A Política

O programa Rede Cuidar consiste em um novo modelo de cuidado à saúde, integrando a Atenção Primária à Saúde (APS), Atenção Ambulatorial Especializada (AAE) e Atenção Hospitalar em uma base regional para tornar o atendimento especializado mais próximo do cidadão, bem como prevenir ou diminuir o risco de incidência de doenças crônicas. Este modelo de atendimento é organizado em conjunto com as prefeituras das quatro regiões de saúde do Estado (Norte, Central, Metropolitana e Sul) e é formado por profissionais atuantes na APS e AAE.

Uma das premissas do modelo da Rede Cuidar é a interligação da atenção especializada e dos sistemas municipais de saúde (atenção primária) das quatro regiões de saúde do Estado visando contribuir para a redução da mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), por meio do aumento da prevenção, da redução de riscos e da atenção mais próxima aos doentes crônicos. A Unidade Básica e a Unidade Cuidar (especializada) devem trabalhar juntas para acompanhar todos os passos do paciente, sendo certo afirmar que a comunicação entre esses dois níveis de atendimento é fundamental para que a Rede Cuidar funcione e haja um serviço de qualidade.

Outros dois pontos importantes para o funcionamento do Programa são a utilização de protocolos médicos padronizados e a combinação entre cuidados profissionais e o autocuidado apoiado. Assim, durante o atendimento na Unidade Cuidar, há construção de um plano de cuidados individualizado, compartilhado entre o paciente e os profissionais envolvidos no atendimento. Esse plano apresenta as orientações sobre alimentação, mudanças de hábitos, exercícios e medicamentos.

Finalmente, em relação ao público-alvo, a Rede Cuidar tem como população potencial todos aqueles que são atendidos pelo SUS. Os critérios de focalização do programa definem como população alvo os portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), especificamente: diabetes, hipertensão, câncer ginecológico, além de mulheres com gestação de risco. Como critério de priorização, somente os pacientes classificados como risco alto ou muito alto são encaminhamentos para a Unidade Cuidar, compondo a população beneficiária.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.8.2. O Monitoramento

O projeto de pesquisa teve como objetivo desenvolver um modelo de monitoramento capaz de mensurar os resultados estratégicos previstos pelo Programa Rede Cuidar. Assim, o desafio foi o de desenhar a estrutura de acompanhamento dos indicadores para que fosse possível captar a melhora nos níveis de saúde da população.

Esse objetivo foi traçado a partir da avaliação de que os indicadores de outras etapas do programa (insumos, produtos, resultados e ações), majoritariamente relacionados ao quantitativo das entregas feitas, já eram monitorados pela Secretaria de Estado de Saúde (SESA) - inclusive para consolidação pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Entretanto, ainda faltava uma metodologia capaz de apresentar os indicadores de resultados e impactos de acordo com o verdadeiro sentido do Programa.

A pesquisa, iniciada em março de 2018, foi executada em parceria com a SESA, cujos técnicos acompanharam o desenvolvimento do desenho de monitoramento a partir de reuniões periódicas de validação.

Para a construção de tal desenho, foi realizada uma análise inicial a respeito do Programa e dos seus objetivos finais. Em seguida, estudou-se a teoria que embasa o Programa, apresentada no trabalho de Eugênio Vilaça Mendes (2015). A partir da compreensão sobre o arcabouço conceitual, a metodologia envolveu a construção de duas propostas simultâneas de monitoramento, uma sendo a “solução ideal” - construída sem que se pensasse nas possíveis limitações de dados, e uma “solução factível” - que considerava apenas bases de dados já existentes. Com o desenvolvimento da pesquisa, descobriu-se (em visita técnica à Unidade Cuidar em Nova Venécia) que a SESA e a Rede de Saúde dos Municípios (APS) já coletam as informações necessárias para operacionalização da “solução ideal”, que, portanto, foi a apresentada para a Secretaria.

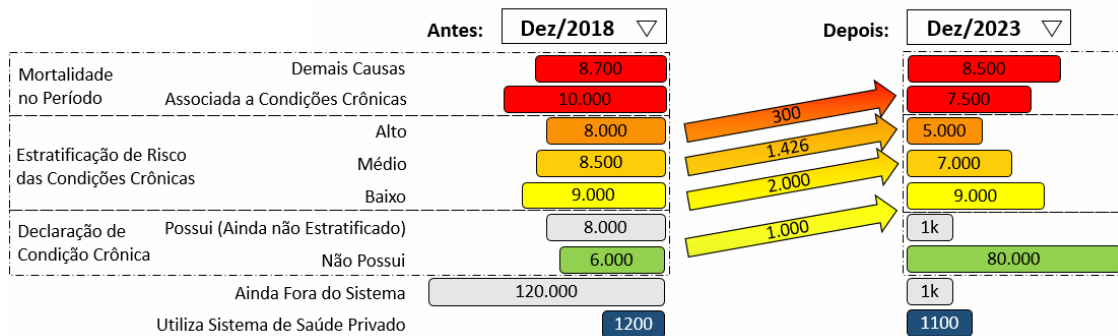
O resultado final do desenho de monitoramento foi apresentado em agosto de 2018, com posterior validação com as equipes internas, gerência e Subsecretaria da SESA. Após a solução proposta foi ratificada pelo Secretário de Estado de Saúde, Secretário de Estado de Economia e Planejamento e Diretor-presidente do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST). Atualmente os pesquisadores preparam um Sumário Executivo com previsão de término em maio de 2019.

A solução do desenho de monitoramento será o resultado final da pesquisa, com o escopo de visualizar se o objetivo do programa está sendo alcançado (melhora da saúde da população). Os indicadores disponíveis sobre as condições de saúde deverão ser apresentados em pirâmides, cujos níveis são os de risco de morbidade da população, como discutido em Mendes (2015). As classificações de risco são ordenadas de cima para baixo, sendo o topo da pirâmide o mais alto (mortalidade) e a base o mais baixo (melhor condição de saúde). A Figura 6 a seguir apresenta a solução proposta.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 6 – Painel de monitoramento: evolução da saúde da população (números exemplificativos).



Fonte: IJSN

Para análise das distribuições das pirâmides, a SESA poderá realizar comparações de antes e depois da situação do Espírito Santo ou mesmo comparar a situação local com os padrões epidemiológicos considerados adequados por estudos científicos.

As análises também poderão ser realizadas por região, tipo de doença, idade, custo por região ou pessoal, dentre outros. No exemplo apresentado, observa-se que houve diminuição no topo da pirâmide (mortalidade no período), bem como o número de pessoas com doenças crônicas de alto e médio risco, já o número de pessoas sem condições crônicas (base da pirâmide) aumentou. As setas apresentam o número de pessoas que alteraram para pior o estado de saúde, informação possível uma vez que o acompanhamento deverá ser feito por indivíduo e mantendo o histórico da evolução dos quadros de saúde.

Vale ressaltar que, como qualquer outro tipo de monitoramento, a solução proposta permite acompanhar a ocorrência de indícios de que o objetivo do programa está sendo cumprido.

Análises mais aprofundadas a respeito de relações específicas que, por exemplo, questionem se a mortalidade diminuiu devido ao programa ou a outro evento externo que marcou a região, podem requerer outros tipos de avaliação.



4. Considerações finais

No plano nacional, o Espírito Santo foi pioneiro na implantação de uma sistemática de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Esta inovação, tornada norma legal pela Assembleia Legislativa do Estado, é uma iniciativa concreta que aponta na direção dos avanços institucionais no funcionamento do setor público e em reformas de modernização e racionalização fiscal que hoje são uma exigência da sociedade brasileira.

Trata-se de desenvolver métodos e competências no setor público para formular e implantar políticas orientadas por evidências, administrar sua execução através de um sistema de gestão estratégica com metas e indicadores, avaliar seu impacto na sociedade com método científico de maneira que seja possível aprimorar os planos e programas executados. O objetivo principal é ser capaz de aprender com a experiência, corrigir rumos e reorientar o trabalho sempre que ficar demonstrado ser necessário. Além disso busca-se promover e consolidar uma cultura de elaboração e aprimoramento das políticas públicas com base em evidências. Neste relatório pudemos acompanhar o andamento das pesquisas que iniciaram no ano de 2018, o primeiro ano de funcionamento do SIMAPP.

O funcionamento do SIMAPP pressupõe uma mentalidade solidária e cooperativa entre as diferentes instituições do setor público, em que diferenças de opinião ou orientação política não sejam justificativas para ineficiências sistêmicas, desperdícios e disputas corporativistas. Honestidade intelectual dos técnicos envolvidos nos trabalhos de avaliação é um pressuposto igualmente fundamental e o IJSN, coordenador do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, orgulha-se de sua equipe de colaboradores e assegura que este é um valor institucional respeitado e cultuado na organização.

Não basta que o SIMAPP seja uma obrigação legal para que este avanço se consolide como prática no dia a dia do setor público capixaba. Será preciso que os valores e os métodos praticados conquistem a confiança dos servidores, da opinião pública e dos líderes e agentes políticos independentemente de ideologias. Este avanço de mentalidade e amadurecimento institucional é o maior desafio do SIMAPP com repercussão direta no próprio desenvolvimento econômico e social do Estado em uma perspectiva democrática.

O método científico, as evidências técnicas e as pesquisas qualificam o debate político democrático e permitem que os gestores públicos façam escolhas informadas e assim reduzam a margem de erro de decisões envolvendo alocação de recursos públicos. Não eliminam diferenças de opiniões, mas qualificam o processo decisório, previnem falácias, dificultam a manipulação e eliminam o “achismo”.

Implantar o SIMAPP tem sido um desafio para todos os servidores e dirigentes envolvidos. Este primeiro ano já produziu resultados importantes para o aprendizado institucional e o aperfeiçoamento das políticas públicas avaliadas. Os resultados em termos de qualidade do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

gasto certamente poderão ser mensurados quantitativamente depois de alguns ciclos de avaliação e quando o próprio SIMAPP poderá ser submetido a uma avaliação.

5. Referências Bibliográficas

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 4202-R, de 09 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Vitória, 2018. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br/HandlersConsulta/DownloadArquivo.ashx?idDoc=35623&tipoDo>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 10.744, de 05 de outubro de 2017. Institui o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Vitória, 2017. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Estado do Espírito Santo (SIMAPP). Vitória, 2018. (Nota Técnica, n. 56). Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5181-nt-56-sistema-de-monitoramento-e-avaliacao-de-politicas-publicas-do-estado-do-espírito-santo-simapp>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MENDES, Eugênio Vilaça. A construção social da atenção primária à saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

